



Tarciso Salles tentou ficar próximo do Governador Couto

EXCLUSIVO: documentos comprovam que comandante do CBMERJ tentou transferir R\$ 25 milhões do fundo público da corporação para instituto presidido por Didê

O convênio que previa a implementação de um Sistema de Monitoramento Metropolitano de Desastres Naturais do Estado do Rio de Janeiro estava prestes a ser celebrado entre o Instituto Rio Metrôpole, presidido por Davi Perini Ribeiro, o Didê, atualmente preso no Complexo de Bangu; e a Secretaria de Estado de Defesa Civil, comandada pelo coronel Tarciso Antônio de Salles Junior. Pelo acordo, caberia à SEDC o repasse de R\$ 25 milhões ao IRM, que passaria a ser responsável pelas licitações, contratações de pessoal, viabilização de visitas técnicas, aquisição de equipamentos, montagem de salas de monitoramento e execução de obras, entre outras despesas.

Casa Civil acatou parecer contrário da PGE

O documento que determinou a abertura do processo administrativo para a viabilização da parceria foi assinado no dia 4 de fevereiro deste ano, pelo próprio Didê e recebeu o número SEI-150018/000096/2026. O acordo, no entanto, não saiu do papel graças à Casa Civil, que, já durante o governo Ricardo Couto, acatou o parecer contrário emitido pela Procuradoria Geral do Estado e também se posicionou contra.



Governador Ricardo Couto foi a eventos do Coronel

R\$ 25 milhões para a conta do IRM

Segundo a minuta à qual nossa reportagem teve acesso, os R\$ 25 milhões que iriam para o IRM saíam do Fundo Especial dos Bombeiros, o Funesbom, que tem a tarefa de gerir os recursos arrecadados com o pagamento da Taxa de Incêndio e de investir esse dinheiro na compra de viaturas, equipamentos de resgate e na manutenção e treinamento do Corpo de Bombeiros.

Governo Couto vetou

A Procuradoria Geral do Estado foi contrária ao acordo. No entendimento da PGE, a lei impede que recursos do Funesbom sirvam a outro propósito que não a aplicação direta na melhoria da corporação. Num despacho de 4 de abril desse ano, o Procurador-Chefe da Procuradoria de Serviços Públicos, Sérgio Espínola Catramby, afirma que “não se mostra possível, por ora, a transferência de recursos do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (FUNESBOM), pretendida neste feito, enquanto não for expedida orientação em sentido diverso pela Procuradoria Geral do Estado”.

Veto em dose dupla

Em 8 de maio, a Procuradora e Assessora Jurídica Especial da Casa Civil, Luciana Junqueira de Almeida, também emitiu parecer contrário, afirmando que, além do impedimento legal na utilização de recursos do Funesbom, o Instituto Rio Metrôpole possui orçamento próprio e não tem a função de executar projetos, mas apenas de elaborá-los e organizá-los. O processo então foi encerrado em 16 de junho.

Amizade antiga

A amizade entre Didê e o comandante dos bombeiros, Tarciso Salles, é antiga e agora virou alvo de investigações. A proximidade entre os dois inclui a troca de homenagens e elogios nas redes sociais e a condecoração de Didê com a medalha Mérito Avante Bombeiro. Após a prisão do então Presidente do Instituto Rio Metrôpole e as revelações sobre a ligação entre ambos, o governador Ricardo Couto exigiu uma auditoria em todos os contratos da Defesa Civil para avaliar a permanência do coronel no cargo.

Tarciso nega relação

Na última semana, Tarciso teria sido chamado ao Palácio Guanabara para prestar esclarecimentos, como informou o Correio da Manhã. Ele nega residir em um apartamento emprestado pelo presidente do IRM e que não paga aluguel. Mandou para o jornal a seguinte nota, no qual tenta afastar a sua ligação com Didê, porém, o veto, ao contrato que estava sendo firmado, demonstra uma relação milionária em curso. Essa intimidade se manifestou na própria indicação do nome do coronel Tarciso para substituir Leandro Monteiro no comando da corporação e da Secretaria de Defesa Civil, que partiu de Didê. Segue a nota: “*O secretário de Estado de Defesa Civil e comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, coronel Tarciso Salles, esclarece que são falsas as informações, divulgadas pela Coluna, de que reside em imóvel emprestado por terceiros. O dado não foi objeto de qualquer apuração junto ao secretário antes da publicação*”.

Correio denunciou

O Correio da Manhã vem denunciando a falta de transparência do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (FUNESBOM). Em Janeiro, a manchete do jornal trazia “A caixa preta do bilionário Funesbom. As taxas de incêndio chegam anualmente e a prestação de contas não”.



Durigan: governo avalia setores que precisarão de ajuda prioritária

Governo aposta em novos mercados para conter tarifaço

A ofensiva do governo também mira a disputa política em torno da taxaço

Por **Beatriz Matos**

A partir de 22 de julho, os Estados Unidos passarão a cobrar uma sobretaxa de 25% sobre a maior parte dos produtos brasileiros. A cobrança será adicionada às tarifas de importação já aplicadas. Pelos cálculos do governo federal, a medida deve atingir diretamente cerca de 18% de todas as exportações brasileiras destinadas ao mercado norte-americano, o equivalente a US\$ 7,5 bilhões em vendas.

Diante desse cenário, o Palácio do Planalto acelerou a segunda etapa do Plano Brasil Soberano e intensificou as negociações para reduzir os impactos sobre os setores mais afetados. O programa conta com R\$ 21 bilhões em crédito, dos quais R\$ 15 bilhões são provenientes do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e R\$ 6 bilhões do BNDES.

Com a demanda acima do esperado, o banco pediu ao Ministério da Fazenda a liberação antecipada de R\$ 7,25 bilhões que já estavam previstos no fundo. Segundo o BNDES, não se trata de novos recursos, mas de uma medida operacional para atender aos R\$ 18,2 bilhões em projetos já apresentados pelas empresas.

Enquanto o governo busca demonstrar capacidade de

reação e reforça o discurso de defesa da soberania nacional, o episódio também ganhou contornos políticos. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) passou a ser alvo de críticas, que questionam se sua proximidade com o presidente norte-americano Donald Trump trouxe algum benefício ao Brasil ou acabou associando sua imagem a uma medida considerada prejudicial para a economia brasileira.

A resposta do governo também busca produzir um efeito político. Ao anunciar novas linhas de crédito e acelerar a liberação de recursos, o Planalto tenta reforçar o discurso de que reagiu rapidamente às medidas dos Estados Unidos. Para o advogado Guilherme Augusto Mota, especialista em Direito Público, a estratégia pode fortalecer a narrativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas esse efeito dependerá da execução das medidas.

“O Plano Brasil Soberano ajuda a transformar esse discurso em resposta econômica concreta”, afirma.

Segundo o especialista, o governo só conseguirá transformar a crise em um ativo político se as medidas chegarem rapidamente às empresas e conseguirem preservar empregos e produção.